

“A PM PROIBIU O CARRO DE SOM E NÓS NÃO LEVAMOS”
(Do presidente da UNE, Orlando Silva Júnior)

Estudantes e PM se enfrentam em Brasília

PASSEATA ERA CONTRA EMENDA DE REFORMA NA EDUCAÇÃO. QUATRO JOVENS FICAM FERIDOS

Dida Sampaio/AE

Um choque entre a Polícia Militar do Distrito Federal e cerca de cinco mil estudantes que participavam de uma passeata na Esplanada dos Ministérios contra a emenda de reforma da educação quase acaba em tragédia. Quatro estudantes deram entrada no Hospital de Base de Brasília (HBB) com escoriações leves e dois foram detidos durante a passeata. O choque ocorreu na altura do Ministério da Justiça. Ao tentar proteger um estudante, o deputado e ex-diretor da UNE Ricardo Gomyde (PC do B-PR) foi atingido por cassetetes. A União Nacional dos Estudantes (UNE) promove hoje passeatas em todo o Brasil contra a emenda da educação.

O governador Cristóvam Buarque (PT) disse que mandou apurar os fatos. Ele ouviu relatos de outros estudantes e convidou-os para uma reunião no final da tarde de ontem em seu gabinete, com a presença dos policiais.

O universitário Alexandre Faad, que socorreu Manoel Neto, contou que o presidente do DCE recebeu várias golpes na cabeça e que será submetido a exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal.

Na versão dos estudantes, era uma passeata pacífica e os organizadores seguiam as orientações dadas pela própria PM. “Eles proibiram descer o carro de som até a Praça dos Três Poderes e nós não levamos”, conta o presidente da UNE, Orlando Silva Júnior. Segundo ele, os estudantes irão se mobilizar hoje contra a política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso, aproveitando a data do aniversário da morte do estudante Edson Luiz, assassinado durante o governo militar.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, foi pressionado para



O deputado Ricardo Gomyde (de terno, ao centro) apanha da PM: protestos continuam hoje

que o governo federal aumente as verbas para o ensino fundamental (de 1ª à 8ª série) durante audiência na Comissão Especial da Câmara que avalia a proposta de emenda constitucional alterando regras do ensino de 1º grau e de nível superior. Os parlamentares também questionaram a intenção do governo de regulamentar por meio de lei a autonomia das universidades, já garantida no texto constitucional.

A proposta do governo de criar um fundo para o ensino fundamental e garantir a aplicação mínima de R\$ 300 por aluno/ano foi criticada pelos partidos de esquerda. “Isso vai nivelar a educação por baixo, já que muitos municípios aplicam valor superior”, argumentou o deputado

Lindberg Farias (PC do B-RJ), ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

De acordo com o ministro, o governo federal participará este ano com R\$ 871 milhões para complementar o orçamento dos Estados e municípios que não atinjam o mínimo de R\$ 300,00. Questionado sobre o baixo investimento, o ministro argumentou que as universidades consomem grande parte dos recursos. “Temos de trabalhar com a realidade orçamentária e financeira.”

A regulamentação da autonomia universitária, segundo o ministro, é necessária para definir quais são as instituições que poderiam adquirir o status de universidade. “Nossa preocupação maior é com as insti-

tuições privadas, porque a autonomia sem definições leva à proliferação de cursos”, disse. Para o relator da proposta de emenda na comissão, deputado José Jorge (PFL-PE), a autonomia ainda renderá polêmica. “Alguns entendem que a lei que regulamenta a autonomia deixa as instituições frágeis”, disse.

Ontem, o Ministério da Educação anunciou que vai realizar uma pesquisa nacional para definir os graus de analfabetismo da população adulta. Pelas estimativas do governo, 18 milhões de brasileiros são analfabetos, mas os técnicos do MEC acreditam que grande parte passou pelas salas de aula em algum período da vida, e possui, portanto, domínio de parte do alfabeto.